



## **RESOLUÇÃO N.º 21/2025 – CONSEPE**

Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) e revoga a Resolução nº 25/2017-Consepe.

**A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE), DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 5 de novembro de 2025,

CONSIDERANDO o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996);

CONSIDERANDO a Meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) que assegura no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Lei Federal Nº 13.005 de 25 de junho de 2014);

CONSIDERANDO a Resolução Nº 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras apresentado no XXVI Encontro Nacional FORPROEX (2009: Rio de Janeiro, RJ) e aprovado no XXXI Encontro Nacional em Manaus;

CONSIDERANDO a Resolução 4/2024 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

CONSIDERANDO o Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern;

CONSIDERANDO o Regulamento Geral da Extensão Universitária da Uern,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 04410023.006086/2025-66-SEI,

**RESOLVE:**

## **CAPÍTULO I DO OBJETIVO**

Art. 1º Regularizar a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Uern.

Parágrafo único. As ações de extensão devem, obrigatoriamente, integrar os projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação, perfazendo um percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso.

## **CAPÍTULO II DOS COMPONENTES CURRICULARES DE EXTENSÃO**

Art. 2º A carga horária de extensão deve ser incluída nas estruturas curriculares dos cursos de graduação por meio dos seguintes componentes curriculares:

I - Unidade Curricular de Extensão (UCE);

II - Componente Curricular Misto; e

III - Atividade Complementar de Extensão (ACE).

Parágrafo único. A inclusão da carga horária de extensão pode ocorrer apenas com a UCE ou por meio da combinação desta com o Componente Curricular Misto e/ou com a ACE.

Art. 3º A UCE é um componente curricular obrigatório, autônomo, constante na matriz curricular do curso de graduação, subdividindo-se, conforme o grau acadêmico do curso, em UCE Licenciatura, UCE Bacharelado e UCE Tecnologia.

§ 1º A UCE Licenciatura trata-se de componente curricular de extensão, para cursos de licenciatura, envolvendo a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da Instituição de Ensino Superior (IES).

§ 2º A UCE Bacharelado trata-se de um componente curricular de extensão, para cursos de bacharelado, envolvendo a execução de ações de extensão nos diversos cenários de atuação dos cursos de graduação correspondentes a essa habilitação, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor da IES.

§ 3º A UCE Tecnologia trata-se de um componente curricular associado a cursos de grau tecnológico, envolvendo a execução de ações de extensão nos diversos cenários de atuação dos cursos de graduação correspondentes a essa habilitação, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor da IES.

§ 4º A UCE deve corresponder a, no mínimo, 5% (cinco por cento) da carga horária total do curso, respeitando o crédito correspondente de 15h.

§ 5º A UCE é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com programas, projetos, cursos e eventos de extensão, desde que tenham duração, no mínimo, semestral, com cadastro a ser realizado conforme calendário previamente definido pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proeg) e Pró-reitoria de Extensão (Proex), seja por meio de edital específico para atribuição de carga horária ou por meio do cadastro de fluxo contínuo.

§ 6º A UCE pode possuir pré-requisito, de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Art. 4º O Componente Curricular Misto corresponde a um componente curricular obrigatório, com carga horária de ensino e de extensão.

§ 1º A carga horária total de extensão do conjunto dos componentes curriculares mistos no PPC do curso deve ser definida pelo departamento, não podendo ultrapassar 5% da carga horária total do curso, nem interferir nos 5% obrigatórios das UCEs.

§ 2º A carga horária de extensão do componente curricular misto não poderá exceder em 50% da carga horária total do componente curricular.

§ 3º A definição dos componentes curriculares mistos a serem ofertados deve estar prevista no PPC do curso.

4º As atividades de extensão relacionadas ao componente curricular misto deverão estar institucionalizadas na Proex, em forma de projetos, cursos e eventos, desde que tenham duração semestral, com cadastro a ser realizado conforme calendário previamente definido pela Proeg e Proex.

Art. 5º ACE é correspondente à carga horária de ações de extensão institucionalizadas na Proex, conforme previsto no Regulamento Geral de Extensão da Uern, associadas a programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço e produtos acadêmicos; ou a atividades de caráter extensionista realizadas e validadas por outras instituições.

§ 1º A carga horária total de ACE no PPC do curso deve ser definida pelo departamento, não podendo interferir nos 5% obrigatórios das UCEs.

§ 2º Não será contabilizada carga horária ao aluno participante de ação extensionista, sendo somente para estudantes integrantes da equipe de execução da ação.

§ 3º A validação das horas referentes às ACEs será feita pelo representante do departamento na Comissão de Extensão, vinculada à Proex.

§ 4º A carga horária aproveitada para as ACEs não poderá ser contabilizada também para Atividades Complementares.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CONTABILIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA**

Art. 6º. As ações de extensão cumpridas pelo discente serão contabilizadas associadas a um dos grupos definidos nos incisos I, II e III do art. 2º desta Resolução.

Art. 7º As ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares serão institucionalizadas pela Proex e validadas pelo representante do departamento na Comissão de Extensão, vinculada à Proex.

Art. 8º Pode ser emitido, por meio do sistema de gestão acadêmica, documento comprobatório do cumprimento das ações de extensão pelo discente, descrevendo as atividades realizadas.

Art. 9º. É permitido ao discente de graduação participar de quaisquer ações de extensão, da Uern ou de outras instituições, quando classificadas como ACE, respeitados os requisitos especificados no Projeto Pedagógico de Curso ou em outras normas pertinentes.

Art. 10. As ações de extensão inseridas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação devem ser analisadas previamente pela Proex, a quem compete averiguar se tais ações estão em conformidade com as normas institucionais relativas à extensão.

Art. 11. A carga horária destinada ao docente para o desempenho de suas funções junto às UCEs será definida em normas institucionais específicas.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12. A Proex e a Proeg elaborarão e publicarão, onde couber, normas e materiais instrucionais sobre a operacionalização desta resolução.

Art. 13. As normas desta resolução que requererem adaptações de funcionalidades do sistema de gestão acadêmica tem seu cumprimento condicionado às condições técnico-operacionais disponíveis, cabendo à Proeg, Proex e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) apontar as condições específicas em que estas ocorrerão, assim como promover a orientação da comunidade acadêmica para tais fins.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Jouern, e revoga a Resolução nº 25/2017-Consepe.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 5 de novembro de 2025.

Professora Doutora Cicilia Raquel Maia Leite  
Presidente

#### **Conselheiros:**

Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto  
Profa. Fernanda Abreu de Oliveira  
Prof. Cláudio Lopes de Vasconcelos  
Prof. Esdra Marchezan Sales  
Profa. Ana Karinne de Moura Saraiva  
Prof. Marcos Paulo de Azevedo  
Profa. Glycia Melo de Oliveira Silva  
Prof. Márcio Kleber Moraes Pessoa  
Profa. Maisa Clari Farias Barbalho de Mendonça  
Prof. Raimundo Márcio Ribeiro Lima  
Prof. Akailson Lenon Soares da Silva  
Profa. Luciana Fernandes Nery

Prof. José Elesbão de Almeida

Profa. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel

Prof. Francisco de Assis Costa da Silva

TNS. Antônio Carlos de Medeiros

TNS. Francisco Felipe da Silva

TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

TNS. Nestor Gomes Duarte



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente do Consepe**, em 05/11/2025, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37473015** e o código CRC **97BD9A90**.